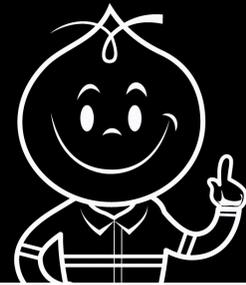


LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1407 - 24 DE MAIO DE 2018

DERROTA DA MP

Sem votos para aprovar, Rodrigo Maia arquiva MP da privatização da Eletrobras



MP DA PRIVATIZAÇÃO É ARQUIVADA NO CONGRESSO

A pressão conseguiu que o governo desistisse de colocar em votação em Plenário a MP 814/2017

A luta contra a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias obteve uma grande vitória no Congresso Nacional, nesta terça-feira (22/5), A Medida Provisória 814/17, que facilita a venda das distribuidoras de energia elétrica e estava na lista para votação no plenário da Câmara foi retirada da pauta.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, informou que, se reuniu com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para tratar da pauta dos próximos dias, e ficou decidido que a Câmara não votará a MP 814/17.

A derrota do governo Temer aconteceu devido ao acordo fechado entre os partidos de oposição (PT, PCdoB, PDT e PSB) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Segundo a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que participou das negociações com Maia,

as resistências ao substitutivo do relator da MP, deputado Mauro Lopes, alcançavam não apenas a oposição, mas bancadas governistas do Nordeste, Aneel, Fiesp e setor produtivo em geral – por conta do alto impacto tarifário que ela produziria. O relator adicionou, aos quatro pontos propostos pelo governo, mais 30 dispositivos alterando regras do setor elétrico que produziram este impacto nas tarifas de energia.

A matéria precisaria ser aprovada antes do dia 1º de junho na Casa e no Senado para não perder validade. “O relatório da MP vem, com aumento de tarifa. Nem o plenário da Câmara o nem do Senado querem votar”, afirmou Maia. Segundo ele, o governo e a Fazenda foram avisados de que havia desconforto nas bancadas com o texto do deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ).



OUTRAS BATALHAS AINDA EM ANDAMENTO

A mobilização da categoria, a articulação das entidades sindicais com deputados e senadores foi fundamental para essa importante vitória dos urbanitários, em especial dos eletricitários, e da população brasileira, que será impactada diretamente com a privatização da Eletrobras.

A luta em defesa das estatais elétricas continua, ainda está em trâmite o Projeto de Lei 9463/18 que altera o controle acionário da Eletrobras, da gestão das águas e promove um significativo aumento na tarifa de energia.

As entidades sindicais, com a forte mobilização dos trabalhadores e trabalhadores e amplo apoio dos parlamentares, estarão ainda mais empenhadas nesse enfrentamento. A luta agora é pela anulação do PL 9463/18.

ELETROBRAS

ELETROBRAS PROPÕE REDUÇÃO DE GARANTIAS NO ACT2018

Sindicatos rejeitam proposta e apresentam pauta mínima para fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho

Na última quinta-feira (17/5), ocorreu a 4ª rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2018 entre os representantes da Eletrobras e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Após exatamente 100 dias de desrespeito e enrolação, sem uma proposta para pauta de reivindicações, entregue pelos sindicatos em 06 de fevereiro, a Eletrobras apresentou sua primeira proposta indecente. Além de recusar uma nova prorrogação do ACT vigente, a Eletrobras deixou claro na proposta apresentada, sua intenção de reduzir as garantias e direitos dos trabalhadores para prosseguir com o desmonte das empresas públicas e o projeto de privatização do setor elétrico. Em resumo, a proposta da Eletrobras foi congelar salários e todos os benefícios, sem nenhum tipo de reajuste ou abono e ainda excluir do ACT2018 quatro cláusulas pré-existentes, abrindo caminho para permitir que inovações tecnológicas virem demissões em massa, alterações de normas e regulamentos de recursos humanos possam ser realizadas sem qualquer discussão prévia com sindicatos, para que estes possam fazer a defesa dos trabalhadores. Além disso, pela proposta, haveria ACTs diferentes entre as empresas de Distribuição, Geração e Transmissão.

A proposta foi considerada inaceitável pelo CNE que, em contraproposta, apresentou uma pauta míni-

ma com cinco itens a serem contemplados em uma proposta que possa ser submetida à aprovação pelos trabalhadores em assembleias: Prorrogação imediata do ACT atual até o fechamento de um novo acordo, manutenção de todas as cláusulas e garantias atuais

|| **A proposta foi considerada inaceitável pelo CNE que, em contraproposta, apresentou uma pauta mínima com cinco itens a serem contemplados em uma nova proposta** ||

na renovação do acordo final, ACTs iguais em todas as empresas, reajuste no mínimo pela inflação para salários e benefícios e uma nova reunião na primeira semana de junho, caso necessário para fechamento das negociações.

Desautorizados a responder à contraproposta do CNE, os representantes da empresa alegaram neces-

sidade de levar a contraproposta para avaliação das Diretorias da Eletrobras e dos órgãos de Governança. Contudo, concordaram com a realização de mais uma rodada de negociações no dia 07/06/2018 e com a prorrogação das cláusulas do ACT vigente por mais 30 dias, valendo até o final de junho, terminantemente condicionada à suspensão da paralisação nacional de 72 horas, previstas para os dias 22, 23 e 24 de maio.

Encerrada a reunião de negociação, o CNE decidiu realizar assembleias no dia 22 de maio para propor à categoria a suspensão da paralisação até a realização de mais uma rodada de negociação no dia 07, considerando positiva a prorrogação de mais 30 dias do ACT atual, com possibilidade de fechamento de um acordo coletivo em bases melhores do que a proposta inicial apresentada pela Eletrobras. A maioria das assembleias aprovou o encaminhamento do CNE e o movimento foi suspenso. As mesmas assembleias também aprovaram uma paralisação de 72 horas nos dias 11, 12 e 13 de junho, para protestar contra as privatizações no setor de energia. O CNE busca articular um movimento conjunto com a Federação Única dos Petroleiros e demais organizações e movimentos sociais, em defesa das empresas públicas. A reunião do dia 07/06, no entanto, deverá ser decisiva para o desfecho do ACT2018.

GOVERNADOR AFIRMA DEFENDER A CELESC PÚBLICA

Em reunião com Intercel, Eduardo Pinho Moreira afirma que não privatizará a Celesc

Na última segunda-feira, dia 21, dirigentes dos sindicatos que compõem a Intercel, acompanhados do Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes, estiveram reunidos com o Governador do Estado, Eduardo Pinho Moreira para debater a manutenção da Celesc Pública.

Na reunião, o Governador, que por duas vezes foi presidente da Celesc, ouviu dos dirigentes sindicais a cobrança por uma atuação incisiva das representações do governo na Celesc em defesa da Celesc e contra as tentativas de privatização da empresa que vêm dos acionistas minoritários. A Intercel também declarou ao Governador que é fundamental o respeito aos direitos dos trabalhadores, responsáveis pelos excelentes resulta-

dos da empresa e pelo atendimento de excelência prestado aos catarinenses, reconhecido pela sociedade com o 2º lugar no prêmio IASC da Aneel.

Pinho Moreira foi enfático ao dizer que, apesar das medidas de enxugamento da máquina pública que tem marcado sua gestão à frente do Estado, a privatização da Celesc não é solução e não será encaminhada. "A Celesc é uma empresa forte e enquanto eu for Governador não será privatizada", afirmou. Pinho Moreira também declarou que os conselheiros indicados pelo Governo do Estado no CA da Celesc foram orientados a fazerem a defesa da Celesc Pública. "Quem estiver representando o Governo na Celesc tem que defender a manutenção da empresa pública. Se não defender, terá que sair", completou.



ACT 2018/19 E GARANTIA DE EMPREGO

A Intercel aproveitou a reunião com o Governador para reafirmar a necessidade de valorizar os empregados da Celesc. Com a aproximação do início das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, os sindicalistas lembraram que a Garantia de Emprego (Cláusula 3) é fundamental para os trabalhadores. Cláusula pétrea do ACT, a Garantia de Emprego foi

estendida para 2 anos pelo próprio Pinho Moreira e é uma cláusula política que dá tranquilidade para que os celesquianos continuem a impulsionar o desenvolvimento de Santa Catarina. Pinho Moreira afirmou ter convicção que a negociação do ACT será pautada pelo respeito e será conduzida com responsabilidade e tranquilidade pela Diretoria da Celesc.

CELESC

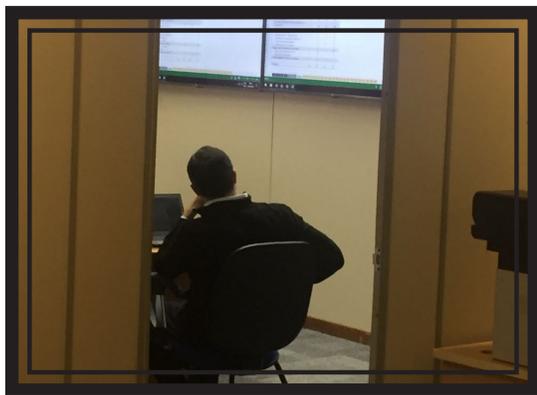
DIRETOR SEM MANDATO JÁ ESTÁ MANDANDO?

Ainda sem nomeação oficial, indicado da EDP já comanda diretoria

Segundo denúncias de trabalhadores da empresa, a EDP mal pôs os pés na Celesc e já começou errado. Pronta para indicar um nome para ocupar a Diretoria de Planejamento da Celesc, substituindo Fábio Fick, indicado pela Angra, a EDP já emplacou seu Diretor nas reuniões e no dia a dia da empresa. Desta forma a Celesc agora tem um diretor de fato e um de direito. Um com mandato e outro que manda.

A nomeação de diretores da empresa passa obrigatoriamente pelo Conselho de Administração. E, desde a recomposição do Conselho na Assembleia Geral de Acionistas a discussão sobre as diretorias não foi pautada para debate.

Para os sindicatos que compõem a Intercel, a presença de alguém sem nenhuma ligação oficial com a empresa, sem mandato e sem vínculo com a Celesc em reuniões e debates estru-



tégicos da companhia é inadmissível. A própria indicação dos acionistas minoritários é, para os sindicatos da Intercel, um desrespeito ao corpo funcional da Celesc, altamente capacitado para dirigir a empresa. Será assim a passagem da EDP na Celesc: seguindo as regras apenas quando a convém?

ELETROBRAS

PERICULOSIDADE AMEAÇADA

Empresa desconsidera ACT promovendo alterações

Em comunicado aos empregados a Eletrosul informou que irá promover mudanças na gestão do pagamento do adicional de periculosidade, a partir de 01/07/2018. As mudanças implicam, inclusive, na emissão de PAQL para todos os empregados habilitados. Sem dúvida alguma este tipo de alterações afeta diretamente os direitos e os contratos de trabalho de uma grande parcela dos trabalhadores, além de alterar normas internas da área de recursos humanos. De acordo com o ACT vigente, estas alterações só poderiam ser feitas mediante discussão com os sindicatos. A Eletrosul, com esta medida arbitrária, parece considerar que o ACT atual já não vale mais nada, ignorando que tais medidas deverão ser contestadas em ações judiciais por descumprimento de ACT, tanto na Eletrosul, como em outras empresas da holding Eletrobras.

INCENTIVO À LEITURA

Sinergia distribui livros para bibliotecas públicas do Estado

Objetivando facilitar o acesso à produção literária catarinense e incentivar a leitura, o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (Sinergia) está enviando para todas as bibliotecas públicas de Santa Catarina, e outras entidades culturais do estado e do país, um exemplar do livro *Conto e Poesia*. Serão distribuídos, gratuitamente, mais de 500 exemplares.

O livro reúne os trabalhos selecionados na 9ª edição do concurso literário, que é promovido pelo sindicato há mais de 25 anos e que nesta edição contou com o apoio da Intercel, Intersul, APC, APCElesc, Celos, AAPE, Declatra e Livraria Livros & Livros.

Com a distribuição e difusão do livro *Conto e Poesia*, o Sinergia pretende também chamar a atenção à obra de escritores catarinenses.

